

Será atribuído pela primeira vez, este ano, o Prémio Gulbenkian para a Humanidade. Com este prémio, no valor de um milhão de euros, a Fundação Gulbenkian vai distinguir pessoas ou organizações de todo o mundo que se têm evidenciado no combate à crise climática – e em particular na redução das emissões de gases de efeito de estufa; no aumento da resiliência das pessoas e do ambiente aos impactos das alterações climáticas; e na mobilização de recursos financeiros, públicos ou privados, para acelerar a descarbonização da economia.

A humanidade enfrenta uma crise climática sem precedentes e os seus impactes abrangem componentes essenciais para o desenvolvimento sustentável, tais como a saúde pública, o acesso a água potável, o ar limpo, a segurança na oferta alimentar e o abrigo seguro[1].

A ciência indica-nos que os impactes das alterações do clima têm avançado a um ritmo mais acelerado do que o previsto e que os efeitos nos sistemas naturais podem ser irreversíveis[2]. Segundo a NASA[3], o clima global vai continuar a mudar, bem visível nas cada vez mais frequentes ocorrências de ondas de calor e secas, no aumento da temperatura da água do mar, no degelo dos glaciares ou nos eventos atmosféricos extremos. A temperatura média da superfície terrestre aumentou 0,9 °C desde o final do século XIX, um aumento causado maioritariamente pelo aumento de emissões de dióxido de carbono e outros gases de efeito de estufa na atmosfera e pelas alterações do uso do solo. Grande parte deste aquecimento ocorreu nos últimos 35 anos, sendo que os 5 anos mais quentes, desde que há registo, ocorreram desde 2010. Na Europa, os meses de junho e julho de 2019 foram os mais quentes de sempre a nível mundial, de acordo com a Organização Meteorológica Mundial.

Sem uma mudança drástica, as consequências continuarão a ser devastadoras para a humanidade, em especial para aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados[4], os eventos atmosféricos extremos foram responsáveis, desde 2008, pela migração de 22,5 milhões de pessoas. Segundo o Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas (IPCC, em inglês), milhões de pessoas da África Subsaariana, América Latina e Sudoeste Asiático terão de abandonar as suas casas devido ao aumento do nível da água do mar. As perdas agrícolas e consequente volatilidade dos preços de produtos alimentares também podem ter um

impacte arrasador: o relatório do World Employment and Social Outlook estimou, em 2018, que as alterações climáticas podem pôr em risco mais de 1,2 mil milhões de empregos em todo o mundo, nomeadamente nos setores da pesca, agricultura e florestas.

Atualmente, mais de 2 mil milhões de pessoas, um terço da população mundial, encontram-se em situações de pobreza ou quase-pobreza e enfrentam ameaças constantes aos seus meios de subsistência, incluindo as relacionadas com as alterações climáticas. Dados referidos pelas Nações Unidas indicam que a crise climática poderá vir a ser responsável por colocar mais 100 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema até 2030.[5] Segundo a Organização Mundial de Saúde, estima-se que as alterações climáticas possam causar, entre 2030 e 2050, um acréscimo de 250 mil mortes por ano, devido a má nutrição, malária, diarreia e stress por calor. Naturalmente, os países com fracas infraestruturas de saúde – a maioria países em desenvolvimento – serão os menos aptos a responder a estas ameaças.[6]

O Relatório do IPCC de 2018 demonstrou que é essencial limitar o aquecimento global abaixo dos 1.5°C até ao final do século, comparativamente aos níveis pré-industriais, por forma a evitar impactes catastróficos. Isto significa reduzir as emissões de dióxido de carbono em 45% até 2030, atingindo a sua neutralidade em 2050.

O cumprimento destas metas requer uma mudança estrutural em vários aspetos da sociedade, apelando à ação urgente por parte dos governos, das empresas, das organizações não governamentais e das pessoas. O Acordo de Paris, assinado em 2015 por 195 países, na sequência da 21ª Conferência das Partes (COP21), rege medidas de redução das emissões de gases de efeito de estufa a partir de 2020, a fim de conter o aquecimento global abaixo de 2°C, preferencialmente abaixo dos 1.5 °C. No entanto, menos de 20% dos 184 países que ainda se regem pelo Acordo de Paris estão em vias de cumprir estas metas. Durante a última Cimeira do Clima organizada pelas Nações Unidas (COP25), no final de 2019, salientou-se repetidamente a relevância dos atores não governamentais no combate à crise climática, o que se evidenciou após os resultados, pouco ambiciosos, alcançados na Cimeira.

[1] www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health

[2] www.nature.com/articles/d41586-019-03595-0

[3] climate.nasa.gov/evidence/

[4] www.thebalance.com/economic-impact-of-climate-change-3305682

[5] www.undp.org/content/undp/en/home/blog/2018/Climate_Change_and_the_Rise_of_Poverty.html

[6] www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health

Imagem gratuita (TonW) em Pixabay